

José Eduardo Franco • Luís Machado de Abreu
COORDENAÇÃO

PARA A

HISTÓRIA DAS ORDENS

E CONGREGAÇÕES RELIGIOSAS
EM PORTUGAL, NA EUROPA E NO MUNDO

Volume II

Cristiana Lucas da Silva
COORDENAÇÃO EXECUTIVA



TÍTULO

Para a História das Ordens e Congregações Religiosas
em Portugal, na Europa e no Mundo - Volume II

COORDENAÇÃO CIENTÍFICA

José Eduardo Franco
Luís Machado de Abreu

COORDENAÇÃO EXECUTIVA

Cristiana Lucas da Silva

REVISÃO

Aida Lemos
Mariana Gomes da Costa
Rui A. Costa Oliveira

TRADUÇÃO

António Castro Henriques
Joana Jacinto

EDIÇÃO

© 2014 Paulinas Editora
Rua Francisco Salgado Zenha, 11
2685-332 Prior Velho
Tel. geral (+351) 219 405 640
editora@paulinas.pt
www.paulinas.pt

DESIGN GRÁFICO E PAGINAÇÃO

Linha de Letras

IMPRESSÃO

Artipol - Artes Tipográficas L.da
Águeda

TIRAGEM

1000 exemplares

DEPÓSITO LEGAL

369 306/14

ISBN

978-989-673-334-6

O PAPEL SOCIAL E CULTURAL DA CONFRARIA DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO DOS PRETOS NA BAÍA COLONIAL

Transplantadas para a América portuguesa ao longo do processo civilizatório, as irmandades religiosas foram integradas com relativa facilidade no cotidiano político, social e religioso dos colonos.

As Confrarias ou Irmandades eram grupos de pessoas comuns que se reuniam para reverenciar Deus e os Santos e, principalmente, para discutir e resolver problemas relacionados com o próprio grupo ou mesmo com a sociedade em geral. Em Salvador, durante o período colonial, existiram irmandades de brancos, de pretos e de pardos e também as que agregavam indivíduos de uma mesma profissão ou condição. As confrarias mais importantes da cidade foram as da Santa Casa de Misericórdia e as Ordens Terceiras de S. Francisco, do Carmo e de S. Domingos. Geralmente, para fazer parte de uma delas era necessário ser “limpo de sangue, sem nenhuma raça de Mouro, Judeu ou Negro”. Era também necessário ter algum dinheiro e pertencer ao grupo dominante, ou seja, ao dos portugueses colonizadores. Como eram compostas pelas pessoas mais abastadas da sociedade, essas irmandades desenvolviam um trabalho de caridade para com os pobres de Salvador, dando-lhes alimentos, roupas, remédios e colaborando na criação das crianças abandonadas. Além disso, aquando da morte de algum dos seus membros, ajudavam a família do morto a preparar e organizar o funeral. Em Portugal, foi sob a invocação da Irmandade de N. Sr.^a do Rosário dos Pretos, que nos sécs. XV e XVI se congregaram os homens de cor. No Brasil, os negros tinham também como patronos S.^{ta} Efigênia, S.^{to} Benedito, S.^{to} António de Catageró ou Catalagerona, S. Gonçalo e S.^{to} Onofre, os quais, segundo a hagiografia¹ tradicional, eram pretos ou pardos e gozavam por isso de singular popularidade. De acordo com Scarano,

Santa Efigênia, princesa núbria convertida ao cristianismo, sempre foi cultuada nas Igrejas dos homens de cor, chegando a confundir-se com uma Nossa Senhora escura, como é chamada ‘Virgem de São Lucas’. Esta serviu provavelmente de inspiração às Madonas negras, importantes no devocionário de determinadas regiões.²

¹ André Vauchez, no *Dicionário Enciclopédia da Idade Média*, define hagiografia como um conjunto de textos nos quais se narram a vida e os milagres dos santos. E concorda com a análise de Alain Boureau, que afirma que este conjunto de textos constitui um feixe de modelos de narrativas complexas e convergentes que têm como objectivo comum exaltar a lembrança ou poder de um santo (André Vauchez, *op. cit.*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1997, p. 107).

² Julita Scarano, *Devoção e Escravidão: A Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos no Distrito Diamantino no Século XVIII*, 2.^a ed., S. Paulo, Cia. Ed. Nacional, 1978, p. 38.

Um conjunto de circunstâncias várias, resultantes de factores diversos, nomeadamente de rivalidades de índole pessoal, de preferências por um determinado santo em detrimento de outro, ou pelo excessivo número de membros, conduziram à proliferação de associações com elevado grau de similaridade entre si. Todavia, de uma forma geral e mesmo que a invocação de algum tipo de santo viesse a ter significativa importância local, o contexto inerente a este tipo de irmandades é mais restritivo, quando comparadas com as associações dedicadas ao culto Mariano.

No Brasil, as mais antigas irmandades são as do Rio de Janeiro (1639), de Belém (1682) e do Rosário dos Pretos da Matriz da Conceição da Praia, em Salvador (1686). Bastide já atentava para a afinidade dos bantos³ com as confrarias e para a ligação mística que unia os fiéis pretos aos santos ao afirmar que havia entre eles uma “afinidade étnica”, “visto que o parentesco leva vantagem sobre o carácter religioso, despiritualizando o santo, humanizando-o, tonando-o parecido sob todos os pontos com seus irmãos de terra”⁴.

Oliveira sublinha que há indícios de existência da Irmandade de Homens Pretos, desde o séc. XV, a partir de congêneres organizadas por homens brancos em Lisboa e nas localidades de “Évora, Algarve, Leiria, Vila de Mugem, Elvas, Setúbal, Alcácer-do-Sal e Moura”⁵. Além disso, segundo o relato de Brasília, as irmandades do Rosário de Negros gozavam esporadicamente junto do Rei de Portugal da emissão de cartas de alforria, a título excepcional, sempre que estas faziam chegar ao monarca relatos de negros sujeitos a maus tratos recorrentes.

Normalmente, este auxílio das irmandades de negros actuava através da doação de esmolas. Um exemplo que ilustra esta situação era a grande frequência com que o Rei, a Rainha e seus filhos se encontravam na presença dos confrades da Irmandade do Rosário dos Negros estabelecida no Convento de S.^{ta} Joana, em Lisboa⁶.

De forma similar se observou o estabelecimento de Irmandades Religiosas de Negros (como foi o caso da Santa Casa das Ordens Terceiras) nos territórios africanos do Império Português. Um dos primeiros edifícios erigidos em Luanda foi a Casa de Misericórdia, que terá servido como hospital militar. Há ainda relatos da existência de uma outra em Massangano que frequentemente era “arrastada” para um conjunto de rivalidades diversas com a Casa de Misericórdia de Luanda, a qual temia a concorrência da nova instituição.

Entretanto, o culto ao Rosário ganhou grande difusão entre os negros na região de Luanda. Note-se que, na Igreja do Colégio de Jesus, existia a Confraria do Rosário (cuja data de fundação constitui uma incógnita até aos dias de hoje) e que contava com negros forros e escravos. Já

³ “Bantos”: adj. e s.m. (do cafre ba-ntu, homens). Que pertence aos bantos, relativos aos bantos. Conjunto de línguas nigero-congolesas do grupo Benuê-Congo, estreitamente aparentadas entre si e faladas em toda a parte meridional da África por mais de 60 milhões de pessoas. (*Dicionário Larousse Cultural da Língua Portuguesa*, S. Paulo, Nova Cultural, 1999.)

⁴ Roger Bastide, *Antropologia Aplicada*, S. Paulo, Perspectiva, 1971, p. 166.

⁵ Vanessa dos Santos Oliveira, *A Irmandade dos Homens Pretos do Rosário: Etnicidade, Devoção e Caridade em São Cristóvão (século XIX)*, dissertação de Mestrado, Aracaju, UFS, 2003, p. 37.

⁶ Hélio Vianna, *História do Brasil*, S. Paulo, Melhoramentos, 1994, p. 97.

no ano de 1628 existia uma Irmandade do Rosário que congregava devotos negros numa capela localizada no Bairro do Rosário. Contudo, é interessante reparar que esta capela era também alvo de “cobiça” por parte dos devotos brancos.

Portanto, é possível que os negros de origem centro-africana tornados cativos e transplantados para o Brasil já tivessem um contacto prévio com algum tipo de culto católico. Isto pode ser verosímil dada a elevada presença de fiéis negros originários dessas regiões com presença relevante nas Irmandades da N. Sr.^a do Rosário (estabelecidas em terras do Brasil), a par da preservação de traços da sua cultura ancestral (africana) no seio do Catolicismo barroco que vigorava na época.

De acordo com a historiadora Avanete Pereira Souza, das irmandades de “homens de cor”, a maior foi, sem dúvida, a de

[...] Nossa Senhora do Rosário, criada em 1685 na Igreja da Sé. Outras no decorrer dos séculos XVIII e XIX, vieram a ter expressão como as de Santo António de Catagerona, Bom Jesus da Cruz e Nosso Senhor dos Martírios. Na maioria das vezes, as irmandades de escravos trabalhavam no sentido de conseguir comprar alforrias de seus integrantes.⁷

Afirma Priore que, além de contribuir para aumentar o sincretismo religioso, aproximando diferentes crenças e cultos, as irmandades representavam uma das poucas formas de associação permitida à população não branca no mundo colonial. A investigadora chama a atenção para os estatutos das irmandades que enfatizavam que “todo o irmão desta irmandade que for inteiramente pobre e se achar enfermo, sendo liberto e não tendo com quem se trate, o tesoureiro da irmandade lhe assistirá com o preciso para seu alimento e curativo”⁸. Negros e mulatos libertos recorriam às confrarias, quando sujeitos a doenças, miséria, abandono ou quando desejavam conquistar a liberdade sem ter de fugir.

Mas as confrarias serviam muitas vezes um outro propósito de mais longo prazo: a possibilidade de profissionalizarem os seus membros num ofício, permitindo-lhes alcançar o reconhecimento social que tanto almejavam, desenvolvendo habilidades profissionais e até talento artístico.

Nessa perspectiva, Tinhorão realça o interesse de negros e pardos em alcançar prestígio no seio dos seus pares (de cor de pele) e se destacarem junto destes. Além disso, o investigador sugere a possibilidade de se tratar de um indício que poderá justificar a escolha de santos de pele escura para

[...] patronos de confrarias ou mera devoção festiva. E esse seria o caso do siciliano São Benedito, do indiano São Elesbão, de Baltasar (um dos Reis Magos), de Nossa Senhora do

⁷ Avanete Pereira Souza, *Salvador, Capital da Colônia*, S. Paulo, Atual Editora, 1995, p. 35.

⁸ M. L. M. Priore, *Religião e Religiosidade no Brasil Colonial*, S. Paulo, Ática, 2004, pp. 38-39.

Amparo e Nossa Senhora das Mercês, de há muito invocada para a libertação dos cristãos cativos pelos mouros. A excepção da aproximação de negros e mestiços a figuras da hagiologia cristã pela semelhança da cor ficaria por conta da devoção a Nossa Senhora do Rosário, caso em que a identificação com os negros se deveria exactamente ao seu rosário, que lembrava o similar africano usado nas consultas sobre o futuro ou a sorte no amor ao orixá Ifá.⁹

Muitas irmandades, por não possuírem templos próprios, reuniam-se em salões que tomavam emprestados de outras igrejas, mosteiros e conventos. Algumas delas, com o tempo, conseguiram fazer sua própria igreja. A de N. Sr.^a do Rosário dos Homens Pretos, concluída no início do séc. XVIII, por exemplo, com sede nas portas do Carmo (hoje Pelourinho na cidade de S. Salvador da Baía), levou um século para ser construída totalmente por negros. Era sobretudo na altura das festas que ocorriam no primeiro domingo de Outubro (que nos dias de hoje se celebram no último dia de Outubro) que as confrarias e as irmandades demonstravam toda a sua força e pujança. As acções de demonstração de religiosidade consistiam na reza do terço durante as procissões que ocorriam, semanal e mensalmente. Nestas procissões, os devotos seguiam atrás do estandarte com a imagem da Virgem do Rosário. Todas as energias eram direccionadas para a organização das festas, incluindo aspectos que iam desde a simples decoração das ruas e das igrejas, passando pela roupa vermelha dos irmãos, pelo brilho dos homens que empunhavam as tochas que iluminavam as ruas, pelas luzes e fogos de artifício. Juntamente com as procissões havia ainda carros alegóricos, ilustrando motivos de índole religiosa, músicos e bailarinos, os quais, ao juntarem-se aos fiéis (...) transformavam as suas preces num festival de fé. Priore refere que o dia da festa revelava o quanto o cativo dos escravos africanos era desumano:

[...] para esses homens e mulheres era o dia de interrupção do trabalho forçado, o dia do prestígio e de libertação [...] Para os escravos, a festa era uma vitória contra a escravidão, pois permitia-lhes aliviarem-se do cativo, reencontrar laços étnicos e tribais, tecer redes de solidariedade.¹⁰

Tinhorão enfatiza que é

[...] neste contexto de intromissão da nota profana nos eventos devoto-oficiais que se vai encontrar a história de como os sons do poder serviram à Festa na América Portuguesa.¹¹

⁹ José Ramos Tinhorão, *As festas no Brasil Colonial*, S. Paulo, Editora 34, 2000, p. 54. Em seu livro *Música popular: de índios, negros e mestiços*, Tinhorão propôs pela primeira vez a hipótese da preferência dos negros por N. Sr.^a do Rosário como uma forma de encobrir o uso do seu rosário de nozes de palmeira, destinado à leitura do futuro e sorte no amor sob a invocação do orixá africano Ifá, o que viria a reforçar com novos elementos de convicção em *Os negros em Portugal: uma presença silenciosa*.

¹⁰ M. L. M. Priore, *op. cit.*, pp. 44-45.

¹¹ José Ramos Tinhorão, *op. cit.*, p. 9.

Esses momentos de festa funcionavam como momentos de identificação, enquanto povo, principalmente através de batuques de tradição africana e de danças como reisado ou rei Congo, referindo-se ao “Rei dos Angolas” que, de acordo ainda com Tinhorão,

[...] os portugueses, após duas guerras contra verdadeiros reis do Congo (1656 e 1666), passavam a englobar sob o nome de Angola tudo o que antes se sujeitara ao poder africano vencido do Manicongo.¹²

Este era um aspecto importantíssimo assumido pelas irmandades ao constituírem-se em “nichos” de preservação da cultura africana. Segundo Santana, “os negros transformaram as Irmandades de Cor em um espaço privilegiado para a preservação de seus costumes, de suas práticas religiosas, sob o manto protector do catolicismo”.¹³

Segundo Mattoso,

[...] os senhores autorizavam as danças e as celebrações segundo os costumes africanos. Protegiam a sobrevivência do folclore negro, porém nunca autorizavam abertamente a prática dos verdadeiros cultos religiosos que lhes pareciam irreconciliáveis com o cristianismo. Como buscavam acelerar a adaptação dos negros, o folclore, assim protegido, podia perder rapidamente a sua espontaneidade e tornar-se artificial, como, por exemplo, quando se desenvolvia com o apoio de todas as autoridades, religiosas e civis, e gerava uma confraria religiosa de tipo cristão sob a proteção da podroeira, Nossa Senhora do Rosário.¹⁴

Em 1786, os negros da Irmandade do Rosário da Bahia solicitaram à Rainha de Portugal que autorizasse um de seus costumes durante as festas, passando então a convencionar-se a designação de Catolicismo Negro. Verger registra esta passagem da seguinte forma:

[...] dizem os negros, devotos da gloriosa Senhora do Rosário, da cidade da Bahia, que antigamente lhes era prometido, para maior e geral contentamento e felicidade da festa da mesma Senhora, usarem máscara e dançarem cantando em idioma angolano, com acompanhamento dos instrumentos para as cantigas e louvações.¹⁵

¹² *Ibidem*, p. 46. As razões históricas dessa mudança, em Pernambuco da década de 1670, de nome de Rei do Congo para Rei de Angola, são explicadas por José Ramos Tinhorão, em seu livro *Os sons dos negros no Brasil. Cantos, danças, folgedos*, no capítulo “A origem portuguesa-africana das coroações de rei do Congo: século XVI-XVII”, pp. 97-109.

¹³ José Pereira de Santana, *Os Dois Atlantes da Etiópia*, S. Paulo, Editora 34, 1735, pp. 28-30.

¹⁴ Kátia de Queirós Mattoso, *Ser Escravo no Brasil*, Editora Brasiliense, 1990, p. 147.

¹⁵ Pierre Verger, *Fluxo e Refluxo do Tráfico de Escravos entre o Golfo de Benin e a Bahia de Todos os Santos* (trad. de Tasso Gadzanis), S. Paulo, Corrupio, 1987, p. 525.

Autorizados os negros, sob a protecção da irmandade e distante da ilegalidade do candomblé, estes mantiveram as suas congadas, o culto dos seus deuses ancestrais, recriados e preservados, apesar de cativos, porém tornando-se livres, e sempre que possível, adorando e venerando os santos, mediante as cantigas e danças africanas. De acordo com Oliveira, “a coroação e a realeza são elementos importantes na constituição de identidades por africanos e seus descendentes no Brasil escravista”¹⁶. Sobre este mesmo tema, Souza afirma que:

[...] as raízes africanas da coroação de reis negros recuperam traços de uma identidade tribal que se recoloca imediatamente após a importância conferida aos laços de linhagem. A união de diversos grupos familiares em torno de um rei, eleito pela comunidade, reforça o sentido de pertença a um grupo e, no quadro da diáspora africana, a recriação destas tradições funcionou como uma forma de sobrepujar a desagregação social promovida pelo tráfico atlântico.¹⁷

No contexto destas experiências, também os quilombos ou redutos de negros fugitivos cumpriram importante papel religioso. Os cultos clandestinos de origem africana, as confrarias de negros, as festas, as romarias, as peregrinações, desde o Entrudo (hoje Carnaval) até as festas do padroeiro que exigiam certo grau de organização popular eram, conforme afirma Hoornaert, manifestações marcadas pela

[...] tática do esconderijo, do desvio, do jeito. As práticas religiosas significavam uma redefinição do catolicismo imposto pelos colonizadores a partir de uma resistência tenaz, persistente e profundamente radicada no mais íntimo da alma brasileira.¹⁸

Bosi discute, igualmente, a relação colónia/culto e defende a importância das representações simbólicas na preservação da identidade de determinados grupos:

[...] no mundo arcaico tudo é fundamentalmente religião, vínculo do presente com o outrora – tornando-se agora laço da comunidade com as forças que a criaram em outro tempo e que sustentam sua identidade.¹⁹

¹⁶ Anderson José Machado de Oliveira, *Devoção Negra: Santos Pretos e Catequese no Brasil Colonial*, Rio de Janeiro, FAPERJ/Quartet, 2008, pp. 278-279.

¹⁷ Marina de Mello e Souza, *Reis Negros no Brasil Escravista: história da festa de coroação de Rei Congo*, Belo Horizonte, UFMG, 2002, pp. 181-182.

¹⁸ Eduardo Hoornaert, *A Igreja no Brasil Colônia, 1500-1800*, S. Paulo, Brasiliense, 1994, p. 85.

¹⁹ Alfredo Bosi, *Dialética da Colonização*, S. Paulo, Companhia das Letras, 1992, p. 15.

Com efeito, as práticas desenvolvidas dentro das Irmandades de Cor são consideradas por Bastide como um “relicário precioso que a Igreja ofertou, não obstante ela própria, ao negro, para aí conservar, não como relíquias, mas como realidades vivas, certos valores mais altos de sua religião”²⁰.

Klediane Ribeiro Nunes*

Maria Manuel Baptista**

²⁰ Bastide, *op. cit.*, 1971, p. 163.

* Departamento de Línguas e Culturas da Universidade de Aveiro.

** Departamento de Línguas e Culturas da Universidade de Aveiro.